

# Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 80.364 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 482.244 mil, Ativos Totais de R\$ 545.316 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 53.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em março de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 49.887 mil, elevando-o de R\$ 397.380 mil para R\$ 447.267 mil, em abril de 2017 com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 1.450 mil, elevando-o de R\$ 447.267 mil para R\$ 448.717 mil.

Em setembro de 2017, a Companhia deliberou reduzir o Capital Social no montante de R\$ 439.405, diminuindo-o R\$ 448.717 para R\$ 9.312, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas, de investimentos de propriedade da Sociedade, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas necessidades.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>37.817</b>	<b>43.717</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	21.596	4.467
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	16.221	23.803
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a)	-	15.447
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>507.499</b>	<b>865.140</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>507.499</b>	<b>455.674</b>
Valores a Receber (Nota 8)	479.847	436.760
Depósitos Judiciais (Nota 10b)	16.820	12.022
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	5.039	2.512
Créditos Tributários (Nota 16c)	5.793	4.380
<b>Investimentos (Nota 9)</b>	<b>-</b>	<b>409.466</b>
<b>TOTAL</b>	<b>545.316</b>	<b>908.857</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>45.139</b>	<b>52.623</b>
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16f)	-	2.660
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e)	45.050	49.887
Outras Obrigações	89	76
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>17.933</b>	<b>13.370</b>
Provisão para Impostos e Contribuições	982	562
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b)	16.951	12.808
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>482.244</b>	<b>842.864</b>
Capital Social (Nota 11a)	9.312	397.380
Reservas de Lucros (Nota 11d)	472.932	447.018
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.534)
<b>TOTAL</b>	<b>545.316</b>	<b>908.857</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
<b>RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>79.934</b>	<b>120.526</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	36.009	68.107
Resultado Financeiro (Nota 14)	47.370	57.934
Despesas Tributárias (Nota 12)	(2.933)	(5.090)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(512)	(425)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>79.934</b>	<b>120.526</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)</b>	<b>430</b>	<b>(6.480)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>80.364</b>	<b>114.046</b>
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	-	-
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	0,99	1,48

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	80.364	114.046
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.534	13.954
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>81.898</b>	<b>128.000</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>350.000</b>	<b>14.748</b>	<b>386.414</b>	<b>(15.488)</b>	<b>735.674</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	114.046	114.046
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	13.954	13.954
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	<b>37.880</b>	<b>-</b>	<b>(9.500)</b>	<b>-</b>	<b>37.880</b>
Aumento do Capital Social por Subscrição	9.500	-	49.654	-	68.654
Aumento do Capital Social com Reservas	-	5.702	-	(55.356)	(49.654)
Destinações: - Reservas	-	-	-	(58.690)	(58.690)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>397.380</b>	<b>20.450</b>	<b>426.568</b>	<b>(1.534)</b>	<b>842.864</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	80.364	80.364
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.534	1.534
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	<b>49.887</b>	<b>-</b>	<b>(1.450)</b>	<b>-</b>	<b>49.887</b>
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	1.450	-	-	-	1.450
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	(439.405)	-	-	-	(439.405)
Redução de Capital (Nota 11a)	-	4.018	23.346	(27.364)	20.000
Destinações: - Reservas	-	-	-	(53.000)	(53.000)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>9.312</b>	<b>24.468</b>	<b>448.464</b>	<b>-</b>	<b>482.244</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

#### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

##### c) Instrumentos financeiros

###### (i) Classificação dos ativos financeiros

###### Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

###### (ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

###### (iii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros são apurados de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos e passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

##### d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo financeiro. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.

##### e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

##### f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

#### g) Patrimônio líquido

##### (i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

##### (ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

##### h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

#### 9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 36.009 (2016 - R\$ 68.107).

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)		Participação no Capital Social (%)	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN		2017	2016	2017	2016
				Bradesco (1)	59.100.000		117.844.345	17.089.364	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	21	1	2	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>409.466</b>	<b>36.009</b>	<b>68.107</b>	

- (1) Em 29 setembro de 2017, deliberou reduzir o Capital Social no montante de (R\$ 439.405), mediante a entrega de investimentos de propriedade da Companhia, sendo: 23.654.405 ações ON do Bradesco, das quais 11.827.203 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 219.697, e 11.827.202 transferidas para a acionista Nova Cidade, no montante de R\$ 219.696; e 900 ações PN da Bradespar, das quais 450 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 6, e 450 transferidas para a Nova Cidade, no montante de R\$ 6; e
- (2) O valor de R\$ 36.009 em 2017, refere-se a: (i) receita de JCP - Juros sobre o Capital Próprio do Bradesco, no montante de R\$ 7.604, (ii) resultado de equivalência patrimonial do Bradesco até 30 de junho de 2017, no montante de R\$ 28.404, (iii) e na Bradespar no montante de R\$ 1.

#### 10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

##### a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

##### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 16.820 (2016 - R\$ 12.022). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

##### Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
<b>No início do período</b>	<b>12.808</b>	<b>6.747</b>
Atualizações monetárias	1.235	973
Constituição	2.908	5.088
<b>No final do período</b>	<b>16.951</b>	<b>12.808</b>

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

##### I) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

##### J) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

##### K) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

#### 4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

##### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017:

No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.

##### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tal como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38, foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Recitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ser em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPR 02 e ICPN 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terá impactos; e

CPC 06 - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

#### 5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

##### Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor

# Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social, no montante de R\$ 439.405, diminuindo-o R\$ 448.717 para R\$ 9.312, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega às acionistas, de investimentos de propriedade da Sociedade, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades.

### b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores .....	80.364	114.046
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares) .....	81.337	76.908
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,99	1,48

### c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

### d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

### e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	80.364	
Reserva legal.....	(4.018)	
Base de cálculo ajustada.....	76.346	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	53.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(7.950)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017 .....	45.050	59,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016 .....	49.887	46,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017.

### 12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS .....	2.475	4.284
PIS .....	434	803
Outras .....	24	3
Total .....	2.933	5.090

### 13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Patrocínios e doações .....	375	306
Editais e publicações.....	122	93
Outras .....	15	26
Total .....	512	425

### 14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Varição monetária de contrato de mútuo a receber .....	43.433	53.810
Receitas sobre aplicações financeiras .....	3.884	4.103
Outras .....	53	21
Total .....	47.370	57.934

### 15) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Ativos</b>								
Caixa/disponibilidades.....	-	-	6	6	-	-	6	6
Aplicações financeiras.....	-	-	16.221	23.803	-	-	16.221	23.803
Valores a receber .....	-	-	-	-	479.847	436.414	479.847	436.414
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	-	15.447	-	-	-	15.447
<b>Passivos</b>								
Juros sobre capital próprio a pagar.....	45.050	49.887	-	-	-	-	45.050	49.887

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

**Titanium Holdings S.A.**

Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas com juros .....	-	212	-	-	43.433	53.598	43.433	53.810
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio .....	(53.000)	(58.690)	7.604	25.828	-	-	(45.396)	(32.862)
Receitas/(despesas) de aplicação.....	-	-	1.445	2.941	-	-	1.445	2.941

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus");

(2) Bradesco; e

(3) BBD Participações S.A. ("BBD").

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

### 16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) .....	79.934	120.526
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente ....	(27.177)	(40.979)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes.....	12.243	23.156
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber) .....	-	(8.782)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	15.434	19.955
Outros valores .....	(70)	170
Imposto de renda e contribuição social do exercício .....	430	(6.480)

#### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(983)	(8.540)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias.....	1.413	2.060
Imposto de renda e contribuição social do exercício .....	430	(6.480)

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016	Constituição	Realização	2017
Provisão para contingência fiscal .....	4.355	1.409	-	5.764
Outras .....	25	30	26	29
<b>Total dos créditos tributários .....</b>	<b>4.380</b>	<b>1.439</b>	<b>26</b>	<b>5.793</b>
Obrigações fiscais diferidas.....	562	420	-	982
<b>Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas .....</b>	<b>3.818</b>	<b>1.019</b>	<b>26</b>	<b>4.811</b>

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2018.....	22	7		29
A partir de 2021 .....	4.238	1.526		5.764
<b>Total .....</b>	<b>4.260</b>	<b>1.533</b>		<b>5.793</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

#### e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.039 (2016 - R\$ 2.512), refere-se a imposto de renda e contribuição social.

#### f) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, em 2016, no montante de R\$ 2.660, refere-se a imposto de renda pessoa jurídica.

### 17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

### 18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 45.050, mediante a subscrição de 7.231.372 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 6,23 por ação, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

## ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Diretoria</b>	<b>Diretores</b>
<b>Diretor Geral</b>	Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini	Maurício Machado de Minas
	Marcelo de Araújo Noronha
	André Rodrigues Cano

Marcos Aparecido Galende  
Contador - CRC 1SP201309/O-6

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2